



Eólicas do Sul
Livramento Holding S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Livramento Holding S.A.

2017

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Titulares

Rafael Pesce
Pedro Duarte Guimarães
Diana Vermöhlen
Laercio Faria

Suplentes

Luis Felipe Pereira da Silva
Rodrigo Nelson Brum Selles
Wladimir Vieira
Vladimir Tomitch

CONSELHO FISCAL

Titulares

Janildo Jovino da Silveira
Andre Maschietto Boff

Suplentes

Jeferson Nunes
Bruna Moraes Bastos de Andrade Matos

DIRETORIA EXECUTIVA

Dilney Cabral Filho
Diretor Técnico

Marcelo Fabiano da Silva
Diretor Financeiro

1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após a reestruturação na administração iniciada no ano anterior, 2017 foi um ponto de inflexão no rumo da empresa. Com medidas tomadas na sua estrutura de receitas e despesas, além de uma reorganização nas participações societária, finalmente os negócios passaram ao ambiente de lucratividade sustentada, com perspectivas futuras positivas para os seus acionistas.

2 PRINCIPAIS AÇÕES DE 2017

Em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - ("CCEE A0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no ACR das SPEs de Livramento Holding e com posterior recontração no Mercado Livre somente da Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCSD em que as SPEs de Livramento Holding - Livramento foram contempladas com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCSD A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Livramento foi contemplada com a descontração total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia descontraçada de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pelas Eólicas do Sul (EOS), com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031 através da SPE operacional Eólica Ibirapuitã.

O objetivo da controlada Eólica Ibirapuitã ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a SPE operacional negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017.

Uma outra medida tomada pela administração, permitida a partir da rescisão dos contratos de energia no ACR, foi vender em mercado o direito de produzir energia incentivada, que possui preços maiores que a energia convencional. Assim, toda a garantia física não produzida era vendida no mercado como incentivada, com o seu respectivo lastro sendo comprado a preço de energia convencional. Tais movimentos só foram feitos quando os efeitos tributários e as condições do mercado no momento das operações foram considerados atrativos.

Quando comparados os resultados das receitas líquidas de impostos que teria sido obtido se não houvesse a participação no MCSD com os valores efetivamente obtidos em 2017, pode se observar um incremento de receita da ordem de R\$ 19 milhões. A rescisão dos CCEARs foi também o principal fator para que se fosse registrado uma reversão de *impairment* de R\$ 4.488 mil no resultado de 2017.

Fazendo um exercício de não considerar os efeitos não caixa das movimentações dos *impairments* nos resultados, os dados positivos alcançados pelo lado das receitas, aliados a intensificação dos controles de custo, trouxeram a empresa de um prejuízo ajustado (*ex impairments*) registrado em 2016 de R\$ 7.961 mil para um lucro líquido de R\$ 23.701 mil, ou seja, uma variação positiva de R\$31.662 mil.

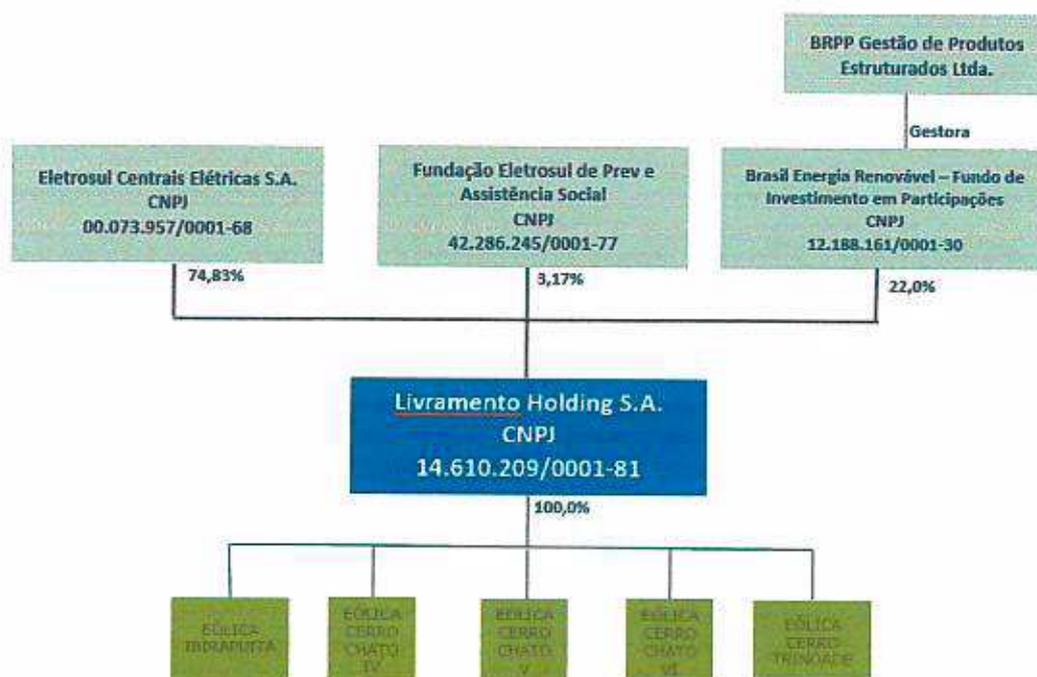
Pelo lado das fontes de recursos, em dezembro de 2017 foi concluída a renegociação da dívida com o financiador, onde todas as inadimplências contratuais foram equacionadas com novos instrumentos, sendo a principal delas a substituição das garantias de contratos ACRs por contratos no mercado livre. A alteração que produz maior efeito foi a mudança do *spread* dos FINEMs de 2,18% a.a. para 3,27% a.a., o que a valor presente, considerando as condições atuais de mercado, significará um pagamento a mais de R\$1,8 milhões em juros.



Com relação as participações societárias, em 28 de dezembro de 2017 uma AGE deliberou o aumento do capital social através de capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. no montante de R\$251.494. Na mesma data, a acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. recebeu em permuta da acionista Brasil Energia Renovável, o montante de 20.481.425 ações ordinárias. Assim, a Eletrosul passou a deter após a cessão, o controle com 74,83% do capital da Companhia.

3 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Após as movimentações descritas acima, a estrutura societária passou a ser a da figura abaixo.



4 OPERAÇÃO

A incidência média dos ventos em 2017 foi aderente à média verificada de anos anteriores, sendo que a incidência acumulada no ano (6,660 m/s) foi praticamente igual à média histórica (6,653 m/s). O Gráfico 1 apresenta a comparação entre o histórico de vento observado nos anos anteriores (2015 e 2016), a medição em 2017 e a curva de vento certificada.

EÓLICA IBIRAPUITÃ I
COMPARATIVO DE VELOCIDADE DO VENTO - MÉDIA MENSAL (m/s)

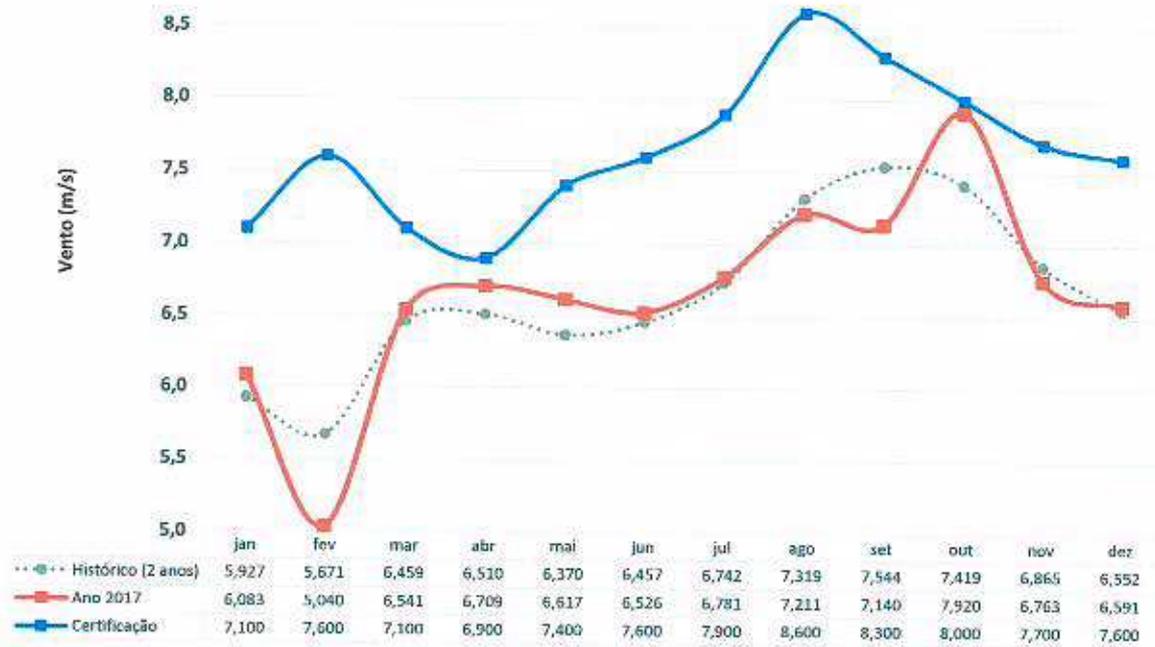


Gráfico 1 - Incidência de ventos

Para avaliação da geração são utilizados os seguintes parâmetros:

- *Geração Contabilizada em 2016 (GC 2016)*: geração verificada no ano de 2016;
- *Geração Contabilizada (GC)*: geração verificada pela ACE/ELETROSUL em 2017;
- *Histórico de Geração Contabilizada (HGC)*: média de geração mensal verificada nos anos anteriores (2015 e 2016).

O Gráfico 22 apresenta a comparação mensal entre os parâmetros supracitados, sendo que todas as curvas estão em MWmédio.



Gráfico 2 - Comparativo de geração contabilizada em 2016 e 2017, e histórico de geração dos últimos anos (Geração em MWmédio)

O Gráfico 33 compara a geração acumulada verificada em 2016 e em 2017. Verifica-se que em 2017, a geração acumulada de 9,254 MWmédio foi 2,22% superior em relação a 2016, e 1,07% superior em relação à média histórica dos últimos anos (2015 e 2016).

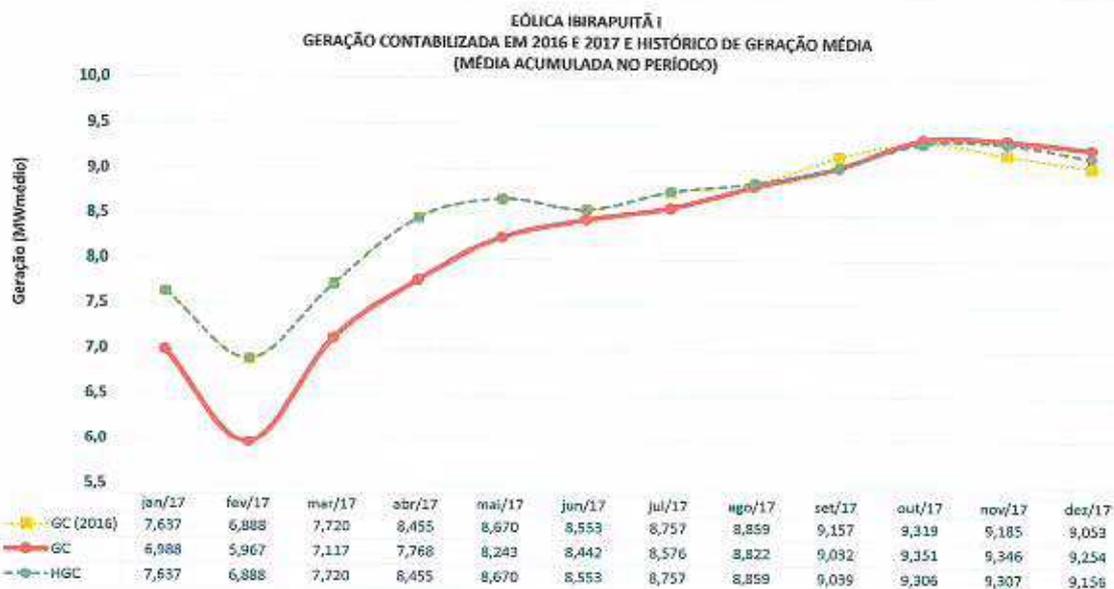


Gráfico 3 - Comparativo de geração contabilizada em 2016 e 2017, e histórico de geração média dos últimos anos (média acumulada no período)

Para avaliação de disponibilidade são considerados os seguintes parâmetros:

- *Disponibilidade Operacional*: contempla as horas em marcha das unidades geradoras;

- *Disponibilidade Contratual*: contempla a somatória das indisponibilidades operacionais, excluídas as paralisações imputadas ao cliente, tais como força maior, casos fortuitos, desligamentos de rede, e parte das horas de MP;
- *Disponibilidade de Leilão*: considera o percentual adotado no cálculo da GF na habilitação para o 12º Leilão de Energia Nova.

O Gráfico 44 e o Gráfico 5 apresentam a disponibilidade contratual e operacional verificada em 2017, bem como a disponibilidade total da Eólica Ibirapuitã I acumulada, que considera o total de horas indisponíveis verificadas em 2017. Contratualmente, a WEG deve apresentar uma disponibilidade igual ou superior a 97%.

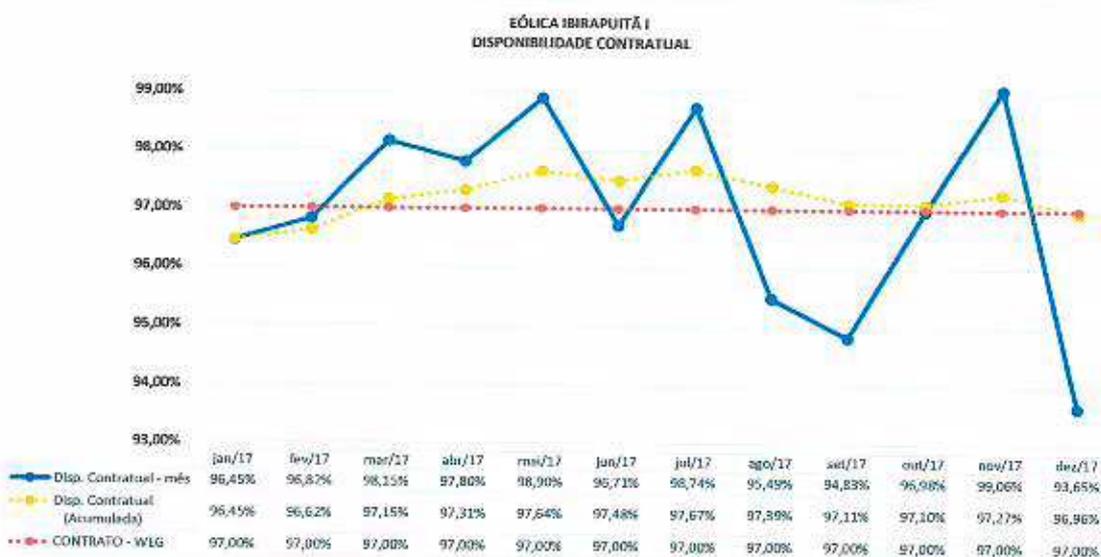


Gráfico 4 - Disponibilidade Contratual em 2017

Após reuniões realizadas junto com a WEG e atuação desta para atualização do software implantado, foi verificado uma melhora significativa de disponibilidade operacional nos meses de outubro/17 e novembro/17.

Em dezembro/17, a disponibilidade do parque foi afetada por uma falha nos PLC's dos aerogeradores no dia 24/12/17, ocasionada por um excesso de memória. A WEG informou que já possui uma nova versão do software que ocasionou o excesso de memória e irá adicioná-la aos PLC's na próxima atualização.



Gráfico 5 - Disponibilidade Operacional em 2017

5 PERSPECTIVAS FUTURAS

Os acionistas manifestaram à Administração a intenção de contratar serviço de consultoria especializada para dar apoio na tomada de decisão sobre o futuro do complexo de Livramento. Ao longo do primeiro semestre de 2018 será contratado um banco pela Companhia com este intuito e assim uma assembleia de acionistas será convocada para definir uma estratégia a ser perseguida. A Administração neste interim mantém a linha de procurar incrementar as receitas e controlar os custos como forma de ingressar a empresa em um novo rumo de lucratividade sustentada.

Dilney Cabral Filho

Marcelo Fabiano da Silva

Livramento Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e aos acionistas da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livramento Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Livramento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade



operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016			31.12.2017	31.12.2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	474	75	4.319	748	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	3.904	3.522
Contas a receber	6	-	-	1.809	1.895	Contas a pagar de fornecedores	12	131	181	7.233	14.845
Impostos a recuperar		2	-	2.898	4.643	Obrigações fiscais		7	-	2.923	3
Seguros a receber		-	-	-	-	Obrigações trabalhistas		96	15	96	15
Despesas pagas antecipadamente		9	9	1	126	Ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	-	-
Outras contas a receber		-	-	61	29	Provisões passivas	15	-	-	457	911
Total do ativo circulante		485	84	9.088	7.441	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	894	53.011
Impostos a recuperar		76	74	76	74	Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	-	9.239
Depósitos judiciais		-	-	18	18	Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	644	222	644	222
Fundos vinculados	7	-	-	3.028	2.156	Adiantamento de clientes		-	-	16	8
Outras contas a receber		-	-	40	-	Outras contas a pagar		99	101	324	321
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	320	2.975	-	-	Total do passivo circulante		977	519	16.491	82.097
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.c	51.349	46.217	-	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	38.155	41.413
Investimento em controladas	9.b	60.246	50.017	-	-	Contas a pagar de fornecedores	12	-	-	-	5.118
Imobilizado	10	101	126	151.221	153.635	Provisão para perdas sobre investimento	9	70.321	88.324	-	-
Total do ativo não circulante		112.092	99.409	154.383	155.883	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	249.054	-	249.054
						Ações preferenciais resgatáveis	13	109.000	109.000	109.000	109.000
						Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	67.546	24.046
						Total do passivo não circulante		179.321	446.378	214.701	428.631
						Patrimônio líquido negativo	16				
						Capital social		383.453	131.959	383.453	131.959
						Prejuízo acumulado		(451.174)	(479.363)	(451.174)	(479.363)
						Total do patrimônio líquido negativo		(67.721)	(347.404)	(67.721)	(347.404)
Total do ativo		112.577	99.493	163.471	163.324	Total do passivo e do patrimônio líquido		112.577	99.493	163.471	163.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Operações continuadas				
Receita operacional líquida	17	-	27.796	9.738
Custo de operação	18	306	(14.284)	(9.023)
Resultado bruto		306	13.512	715
Despesas operacionais				
Pessoal e administradores		(31)	(861)	(869)
Material		(2)	(3)	(3)
Serviços de terceiros	19	(252)	(1.003)	(1.062)
Arrendamentos e aluguéis		-	(38)	(55)
Resultado de equivalência patrimonial	9	10.229	-	-
Provisão para perda	9	18.003	-	-
Depreciação	10	(21)	(21)	(23)
<i>Impairment</i>		-	4.488	(33.119)
Outras receitas/despesas operacionais		(19)	(113)	(196)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		28.213	15.961	(34.612)
Receitas financeiras		22	736	251
Despesas financeiras		(46)	(3.887)	(12.785)
	20	(24)	(3.151)	(12.534)
Prejuízo operacional antes dos impostos		28.189	12.810	(47.146)
Imposto de renda e Contribuição Social correntes		-	(2.625)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(18)
Resultado líquido das operações continuadas		28.189	10.185	(47.164)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	25	-	18.004	6.084
Resultado do exercício		28.189	28.189	(41.080)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

-

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Resultado do exercício	<u>28.189</u>	<u>(7.948)</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>28.189</u>	<u>(7.948)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>131.959</u>	<u>(479.363)</u>	<u>(347.404)</u>
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>131.959</u>	<u>(479.363)</u>	<u>(347.404)</u>
Resultado do exercício	-	28.189	28.189
Integralização capital	<u>251.494</u>	-	<u>251.494</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>383.453</u>	<u>(451.174)</u>	<u>(67.721)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Resultado do exercício	28.189	(41.080)	28.189	(41.080)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Custo de captação do empréstimo	11	-	28	1.217
Depreciação	10	(21)	8.392	8.005
Encargos s/ empréstimo	11	-	4.026	9.562
Provisão para perda	9	(18.003)	-	-
Receita diferida - Contrato CCEAR		-	-	(10)
Impairment	10	-	(4.256)	33.119
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado		-	(10.530)	(11.632)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	1.658	(1.354)
Bônus Contratual O&M		-	(33)	-
Estorno - lastro regulatório	24	-	(9.239)	-
Impostos diferidos		-	-	18
Resultado de equivalência patrimonial	9	(10.229)	-	-
	(64)	(237)	18.235	(2.155)
Redução (aumento) nos ativos:				
Impostos a recuperar	(4)	(1)	1.743	1.373
Contas a receber	-	-	86	(161)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	125	399
Depósitos judiciais	-	-	-	(18)
Outras contas a receber	-	183	(72)	539
	(4)	182	1.882	2.132
Aumento (redução) nos passivos:				
Multa e lastro regulatório - CCEE	-	-	-	520
Contas a pagar a fornecedores	(50)	77	(12.730)	4.449
Obrigações fiscais	7	(3)	2.920	(9)
Obrigações trabalhistas	81	5	81	5
Outras contas a pagar	(2)	-	3	220
Adiantamento a cliente	-	-	8	8
Provisões passivas	-	-	(454)	-
	36	79	(10.172)	5.193
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais				
	(32)	24	9.945	5.170
Recebimento de seguro				
Juros pagos	11	-	(3.510)	38.983
	-	-	-	(5.054)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais				
	(32)	24	6.435	39.099
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em controladas	(5.132)	(27.923)	-	-
Devolução de AFAC	9.c	-	1.363	-
Adições ao ativo imobilizado	10	3	(1)	(2.026)
Baixas do ativo imobilizado	10	43	81	536
	(5.086)	(26.480)	(1.490)	1.671
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento empréstimos - Principal	11	-	(3.364)	(31.090)
Amortização da dívida através do saldo a receber de seguro		-	-	(38.983)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	2.440	27.414	2.440	27.414
Operações com partes relacionadas	3.077	(938)	422	501
Fundos vinculados	-	-	(872)	(253)
	5.517	26.476	(1.374)	(42.411)
Aumento ou redução no caixa e equivalentes				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	75	55	748	2.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	474	75	4.319	748

Os efeitos não caixa estão demonstrados na Nota Explicativa nº 25.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. (“Companhia”) foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 78 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Falência da Wind Power Energia -WPE e sinistro ocorrido no parque eólico

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE, Empresa responsável pelo fornecimento e O&M dos aerogeradores apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL e nos seus clientes pedidos de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL se manifestou através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Atualmente, o processo ajuizado pela Companhia está em trâmite, aguardando julgamento.

Em substituição a WPE, a Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratou a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A. para fornecimento e O&M dos aerogeradores, sendo que as atividades de implantação encerraram-se em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, a central eólica encontra-se em operação comercial normal.

Continuidade operacional

As atividades da Companhia e sua controlada operacional, Eólica Ibirapuitã S.A., passou por um processo de reestruturação operacional e financeira nos últimos 5 trimestres, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade operacional dos negócios, revertendo a situação apresentada até o 2º trimestre de 2017. Dentre as medidas, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D - ("CCEE A0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no ACR das SPEs de Livramento Holding e com posterior recontração no Mercado Livre somente da Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCS D em que as SPEs de Livramento Holding - Livramento foram contempladas com a descontração de 100% dos contratos

firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCSD A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Livramento foi contemplada com a desconstrução total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia desconstruída de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela Livramento, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031 através da SPE operacional Eólica Ibirapuitã.

O objetivo da controlada Eólica Ibirapuitã ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a SPE operacional negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017.

Com relação as SPEs com atividades suspensas (ver Nota Explicativa nº 22), a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques. Adicionalmente, a Administração entende que os direitos de exploração (autorização) podem ser comercializados e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos ativos.

Assim sendo, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas (Vide Nota Explicativa nº 24).

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PíEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os

empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na opção tributária de cada empresa do Grupo (lucro presumido ou lucro real).

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% de presunção para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- 1. Identificar o contrato com o cliente**
- 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato**
- 3. Determinar o preço das transações**
- 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho**
- 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Toda energia produzida pela Companhia é vendida de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros não derivativos: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Empréstimos e recebíveis; e

- Passivos financeiros não derivativos: Outros passivos financeiros.

O risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contas-correntes bancárias	9	75	836	748
Aplicação financeira - Referenciado DI	465	-	464	-
Outras aplicações financeiras	-	-	3.019	-
	474	75	4.319	748

As aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia. São prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valores.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Concessionárias e permissionárias	-	569
Venda de energia	-	23
Provisão de venda de energia	1.809	1.303
	1.809	1.895

Em 31 dezembro de 2017, o saldo de provisão de venda de energia refere-se a estimativa para o mês de dezembro, uma vez que as faturas da energia gerada no mês, são emitidas no mês subsequente, ou seja, a geração de energia do mês de dezembro será faturada nos primeiros dias de janeiro de 2018.

7 Fundos vinculados

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da dívida	2.490	2.086
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	538	70
	3.028	2.156

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 12). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

8 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 650 (R\$ 594 em 31 de dezembro de 2016), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

Parte relacionada	Natureza	Controladora	
		31.12.2017	31.12.2016
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Despesas a reembolsar	-	208
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	24	27
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Despesas a reembolsar	-	23
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	-	74
Eólica Ibirapuitã S.A.	Despesas a reembolsar	296	2.643
Total de despesas a reembolsar		320	2.975

Parte relacionada	Natureza	Controladora e Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	643	221
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	1	1
Total de despesas a reembolsar		644	222

Brasil Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações	AFAC	-	29.028
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	AFAC	-	220.026
Total de AFAC		-	249.054

9 Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro do Trindade	Ibirapuitã
31.12.2017					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	7.946	9.397	17.422	6.482	121.522
Passivo e patrimônio líquido	5.313	4.189	11.509	2.233	111.293
Resultado do exercício	2.633	5.208	5.913	4.249	10.229

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em 31.12.2016	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31.12.2017
Ibirapuitã	50.017	10.229	60.246
Total - Continuadas	50.017	10.229	60.246
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(17.252)	2.633	(14.619)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(18.595)	5.208	(13.387)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(39.261)	5.913	(33.348)
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	(13.216)	4.249	(8.967)
Total - Descontinuadas	(88.324)	18.003	(70.321)
Total	(38.307)	28.232	(10.075)

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31.12.2016	Adições	31.12.2017
Eólica Cerro Chato IV S.A.	8.176	281	8.457
Eólica Cerro Chato V S.A.	10.172	107	10.279
Eólica Cerro Chato VI S.A.	20.696	151	20.847
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	7.002	104	7.106
Eólica Ibirapuitã S.A.	171	4489	4.660
	<u>46.217</u>	<u>5.132</u>	<u>51.349</u>

10 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Em serviço				
Geração				
Edifícios, obras civis e benfeitorias	-	-	25.839	25.839
Máquinas e equipamentos	-	-	153.179	151.771
Intangível	-	-	476	476
(-) Depreciação acumulada - Edificações	-	-	(2.704)	(1.892)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(16.937)	(9.932)
Máquinas e equipamentos	-	-	15.282	15.282
Intangíveis	-	-	226	226
(-) Depreciação acumulada - Edif. obras civis e benfeitorias	-	-	-	-
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(1.316)	(814)
Administração				
Máquinas e equipamentos	130	130	130	130
Móveis e utensílios	26	23	26	23
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(95)	(72)	(95)	(72)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(8)	(5)	(8)	(4)
(-) Impairment (c)	-	-	(28.631)	(33.119)
Em curso				
Geração				
A ratear (b)	48	47	61	55
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Material em depósito	-	-	5.672	5.642
Adiantamento a fornecedores (a)	74.841	74.841	101.237	101.237
Estudos e projetos	-	-	21	21
Sistema de transmissão e conexão	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	-	-
Administração				
Móveis e utensílios	-	3	-	3
(-) Provisão para perda (a)	(74.841)	(74.841)	(101.237)	(101.237)
	<u>101</u>	<u>126</u>	<u>151.221</u>	<u>153.635</u>

a. Adiantamentos a fornecedores

Controladora

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A., tratando dos seguintes assuntos:

- A Wind Power reconheceu a multa por atraso na entrada em operação do Projeto Livramento no valor de R\$ 17.077. Foi estabelecida a realização de pagamentos adicionais de até R\$ 65.000 para a conclusão do Projeto Livramento. Ficou estabelecido que, em caso de não conclusão do Projeto Livramento em 2014, a Wind Power reembolsaria a Livramento por todos os custos referentes à compra de lastro de energia para cumprimento de suas obrigações contratuais.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

Consolidado

Refere-se aos adiantamentos efetuados ao fornecedor Wind Power Energia S.A., com os quais a Companhia e suas controladas possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2017, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

As reversões de *impairment* em 2017 decorrem principalmente dos efeitos positivos do processo de descontratação de energia através mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com a oferta de descontratação total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A “0”) e 2018 até o final dos contratos (CCEE A “4+”). Assim, além de cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a descontratação elevou o montante das receitas futuras.

d. Principais premissas adotadas

	2017
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	7,52% pós-tax
Preço da receita PIS e COFINS	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
Taxa de fiscalização da ANEEL	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Depreciação	0,4% da receita bruta
Pessoal, materiais, serviços e outros	De acordo com as taxas ANEEL
Prazos do fluxo de caixa	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Índice de geração	Prazos das autorizações
	92% da garantia física

Movimentação Impairment			
	Saldos em 2016	Reversão	Saldos em 2017
Cerro Chato IV	-	-	-
Cerro Chato V	-	-	-
Cerro Chato VI	-	-	-
Cerro dos Trindade	-	-	-
Ibirapuitã	(33.119)	4.488	(28.631)
	(33.119)	4.488	(28.631)
Total	(33.119)	4.488	(28.631)

Segue a movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2017:

	Saldos em 31.12.2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Impairment	Saldos em 31.12.2017
Em serviço							
Geração							
Edifícios, obras civis e benfeitorias	23.947	-	-	-	(812)	-	23.135
Máquinas e equipamentos	141.839	1.996	(536)	-	(7.057)	-	136.242
Intangível	476	-	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão							
Intangível	226	-	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.468	-	-	-	(502)	-	13.996
Administração							
Máquinas e equipamentos	58	-	-	(6)	(17)	-	35
Móveis e utensílios	19	3	-	-	(4)	-	18
(-) Impairment (c)	(33.119)	-	-	-	-	4.488	(28.631)
Em curso							
Geração							
A ratear (b)	55	-	-	6	-	-	61
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito	5.642	30	-	-	-	-	5.672
Adiantamento a fornecedores (a)	101.237	-	-	-	-	-	101.237
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	-	21
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	-	-	-	-	-
Administração							
Móveis e utensílios	3	(3)	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perda (a)	(101.237)	-	-	-	-	-	(101.237)
	<u>153.635</u>	<u>2.026</u>	<u>(536)</u>	<u>-</u>	<u>(8.392)</u>	<u>4.488</u>	<u>151.221</u>

Livramento Holding S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Em serviço	Saldo em 31.12.2015	Aquisições	Depreciação	Baixas	Impairment	Saldos em 31.12.2016
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.808	-	(861)	-	-	23.947
Máquinas e equipamentos	151.600	-	(6.611)	(3.150)	-	141.839
Intangível	476	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.978	-	(510)	-	-	14.468
Administração						
Máquinas e equipamentos	80	-	(22)	-	-	58
Móveis e utensílios	20	-	(1)	-	-	19
(-) Impairment	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso						
Geração						
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(10)	-	-
Adiantamento a fornecedores	101.362	-	-	(125)	-	101.237
Material de depósito	4.025	1.617	-	-	-	5.642
A ratear	55	-	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão						
Adiantamento a fornecedores	3	-	-	(3)	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3
	<u>196.430</u>	<u>1.617</u>	<u>(8.005)</u>	<u>(3.288)</u>	<u>(33.119)</u>	<u>153.635</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
BNDES - Principal	42.264	45.158
BNDES - Encargos	148	158
(-) Custo de captação do empréstimo	(353)	(381)
	42.059	44.935
Circulante	3.904	3.522
Não circulante	38.155	41.143
	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.522	112.964
Transferência para o passivo circulante	3.687	3.293
Encargos	3.597	8.955
Amortização do custo de captação do empréstimo	(28)	1.217
Amortização da dívida através do saldo a receber do seguro	-	(38.983)
Amortização da dívida através de AFAC (a)	-	(47.780)
Amortizações (principal e encargos)	(6.874)	(36.144)
Saldo no final do exercício	3.904	3.522
Não circulante		
Saldo no início do exercício	41.413	44.099
Encargos	429	607
Transferência para o passivo circulante	(3.687)	(3.293)
Saldo no final do exercício	38.155	41.143
	42.059	44.935

- (a) Pagamento efetuado diretamente pelo acionista Brasil Plural ao BNDES, através de integralização de AFAC.

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R\$ 187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação).

Em dezembro de 2017, o financiamento nos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades foram liquidados através de aporte de capital dos acionistas.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES. Com a eficácia do novo contrato, os saldos deixam de ser atualizados de TJLP + 2,18% a.a. e passam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos). Além disto, haverá a troca dos recebíveis oriundos do ACR para os negociados no ACL.

Ainda sobre as garantias, além dos recebíveis, são oferecidos os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social das controladas e valores caucionados em contas reservas. O *covenant* do financiamento exigido após o início do prazo de amortização corresponde à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ ao final do exercício, o que foi cumprido em 2017.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Materiais e serviços a pagar	131	181	1.060	540
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (a)	-	-	6.044	14.176
TUST a pagar	-	-	129	129
Total Circulante	131	181	7.233	14.845
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	-	5.118
Total do não circulante	-	-	-	5.118

a) A Companhia firmou termo aditivo com WEG a fim de determinar o valor e prazo de pagamento do saldo remanescente referente ao contrato do fornecimento, montagem e comissionamento dos aerogeradores. O saldo apresentado, em 31/12/2017, todo no circulante devem-se a parcelas mensais, a vencer, desta dívida, a qual tem a última parcela vincenda em 31/03/2018.

13 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a 109.000.000 (mesmo valor em 2015) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, estas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, salienta-se que o pagamento da remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. Não existe nenhuma outra forma de remuneração das referidas ações. A apresentação desse instrumento está de acordo com o CPC 39, que descreve que ações preferenciais que possuem as características anteriormente descritas devem ser apresentadas como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores. Por outro lado, os instrumentos de financiamento em vigor não permitem a redução de capital sem a anuência dos credores. Além disto, esta anuência só poderá ser concedida no momento em que a Companhia cumprir determinadas obrigações contratuais. Atualmente a Administração da Companhia entende que somente cumprirá a totalidade destas obrigações a partir de junho de 2019. Assim sendo, estas ações preferenciais resgatáveis estão classificadas no passivo de longo prazo.

14 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foi inferior aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado ACR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica. Em função do fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que esta possuía com os CCEARs a ser liquidada nos exercícios subsequentes. Os desvios negativos de geração serão ressarcidos em negociações bilaterais com as distribuidoras detentoras destes direitos. Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

	31.12.2017	31.12.2016
Faturamento sazonal	3.209	11.095
Geração de energia	(2.090)	(10.263)
Ressarcimento líquido (a)	1.119	832
(+) Variação do PLD (b)	539	1.261
Ressarcimento bruto (a + b)	1.659	2.093
Circulante	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	53.011	43.340
Geração reduzida (abaixo de 10%)	894	-
Ajustes (c)	-	1.563
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	-	(253)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	(53.011)	8.361
Saldo no final do exercício	894	53.011
Não circulante		
Saldo no início do exercício	24.046	45.141
Geração reduzida (acima de 10%)	766	2.093
Transferência para o longo prazo - SPE's sinistradas	53.011	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	1.101	(2.168)
Atualização IPCA sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas	253	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	(11.631)	(21.020)
Saldo no final do exercício	67.546	24.046

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita
- (b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
- (c) Ajuste do ressarcimento, lançado erroneamente em 2015 como Multa e Lastro regulatório - CCEE.
- (d) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

15 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Meio ambiente	12	12
Gerenciamento	445	456
Aerogeradores (Weg Equipamentos Elétricos S.A.)	-	443
	457	911

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

	31.12.2017		31.12.2016	
	Ações	%	Ações	%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607.063	79,96%	64.659.965	49%
Brasil Energia Renovável - FIP	63.649.557	16,60%	54.103.236	41%
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	3,44%	13.195.911	10%
	383.452.531	100,00%	131.959.112	100%

Assembleia Geral Extraordinária 28 de dezembro de 2017

Foi deliberado pelo aumento do capital social através de capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital da acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. no montante de R\$251.494. Na mesma data, a acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. recebeu em permuta da acionista Brasil Energia Renovável, o montante de 20.481.425 ações ordinárias, assim, a Eletrosul passou a deter após a cessão, o controle com 74,83% do capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é composto de 383.452.531 (131.959.112 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias que não possuem valor nominal e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País.

Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 de ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 13.

Segue quadro com as informações consolidadas:

Consolidado e Controladora						
	PL	%	Ações resgatáveis	%	Total	%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607	79,96%	61.910	56,80%	368.517	74,83%
Brasil Energia Renovável - FIP	63.650	16,60%	44.690	41,00%	108.340	22,00%
Fundação Eletrosul - ELOS	13.196	3,44%	2.400	2,20%	15.596	3,17%
	<u>383.453</u>	<u>100,00%</u>	<u>109.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>492.453</u>	<u>100,00%</u>

Conforme Estatuto Social, o Capital autorizado da Companhia é de R\$ 492.453 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do Capital Social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional bruta		
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	3.210	478
Receita de venda de energia - Lastro de potência	1.042	-
Receita de venda de energia	26.897	11.098
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	738	213
(-) Ressarcimento por geração reduzida (Nota 14)	(1.119)	(832)
Penalidade contratual - Gamesa	-	-
Deduções da receita bruta		
PIS	(711)	(202)
COFINS	(2.196)	(931)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(64)	(86)
	<u>27.796</u>	<u>9.738</u>

18 Custos de operação

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Depreciação	(6.485)	(6.494)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.175)	(1.335)
Energia elétrica comprada para revenda	(256)	(176)
Ressarc. por geração reduzida - CCEAR (Nota 14)	(539)	(1.261)
Pessoal e administradores	(612)	(746)
Serviços de terceiros	(3.040)	(1.078)
Arrendamentos e aluguéis	(228)	-
Ações trabalhistas	(3)	-
Seguros	(254)	-
Variação PLD (Nota 14.d)	(1.101)	2.555
Outros	(591)	(488)
	(14.284)	(9.023)

19 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Serviços administrativos, contábeis e financeiros	(526)	(463)
Serviços de custódia	(4)	(4)
Despesas de viagem	(16)	(13)
Serviços advocatícios (a)	(291)	(141)
Serviços de auditoria	(44)	(122)
Telefonia e Internet	(19)	(18)
Publicações	(9)	(55)
Despesas com cartório	(8)	(44)
Convênio de entidades	(21)	-
Passagens	(12)	(32)
Outros	(53)	(170)
	(1.003)	(1.062)

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita com multa de juros	-	1	117	250
Rendimentos de aplicação financeira	23	-	649	1
PIS/COFINS sobre aplicações financeiras	(1)	-	(30)	
Receitas financeiras	22	1	736	251
Multa e Juros Contratual	-	-	372	(7.990)
Encargos s/ financiamentos	(33)	(46)	(4.093)	(4.394)
Despesas bancárias	(10)	(19)	(24)	(51)
Tarifa - Prestação de fiança	-	-	(9)	(2)
Juros e multas de mora	(1)	(1)	(123)	(80)
IOF	(2)	-	(10)	-
Outros	(1)	-	-	(268)
Despesas financeiras	(46)	(66)	(3.887)	(12.785)
Resultado líquido	(24)	(65)	(3.151)	(12.534)

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	474	-	75	-
Outras contas a receber	9	-	9	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	131	-	181
Outras contas a pagar	-	99	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

	Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.319	-	748	-
Fundos vinculados	3.028	-	2.156	-
Contas a receber de clientes	1.809	-	1.895	-
Outras contas a receber	61	-	29	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	42.059	-	44.935
Fornecedores	-	7.233	-	19.963
Outras contas a pagar	-	324	-	321
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2017 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 2017	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%		
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%		
	Saldo em 31.12.2017	Exposição	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	42.059	TJLP	45.739	46.475	

Índices	Taxa 2017	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI	6,89%	5,17%	3,45%

Passivo	Saldo em 31.12.2017	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Fundos Vinculados	3.028	CDI	3.237	3.184	3.132
	3.028		<u>3.237</u>	<u>3.184</u>	<u>3.132</u>

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 11.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22 Contingências

Em 2017, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, em esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

a. Excludente de responsabilidade

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia

comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

b. Impactos da REN nº 719/2016 (alteração da REN nº 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN nº 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN nº 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 2017.

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisões passivas (a)	-	-	-	14.600
Amortização da dívida através de AFAC (Nota 12)	-	-	47.780	47.780
Integralização de capital através de AFAC (b)	251.494	251.494	196.091	-

- (a) Baixa das provisões passivas através das notas fiscais recebidas do fornecedor. Saldo foi registrado em “fornecedores a pagar”.
- (b) Integralização de capital em controladas através de AFAC já existente.

24 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Receita operacional líquida	-	(58)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(324)	(748)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(652)
Depreciação	(1.886)	(1.487)
(-) Estorno multa s/ lastro regulatório	9.239	-
(-) Variação do saldo de provisão acumulado (a)	11.631	-
(-) Reversão da provisão para atendimento do contrato CCEAR	-	12.659
Multa e lastro regulatório CCEE	-	(44)
Outros	(281)	(281)
Resultado bruto	19.146	9.389
Despesas operacionais e financeiras		
Serviços de terceiros	(5)	(19)
Arrendamentos e aluguéis	-	-
Material	(2)	(3)
Indenizações de seguros recebidos		3.900
Outros	(23)	(42)
Perdas s/ impostos a recuperar	-	(475)
Despesas indedutíveis	-	(140)
Encargos s/ financiamentos	-	(5.168)
Despesas com financiamento	-	(1.411)
Despesas financeiras	(345)	(76)
Receita financeira	-	129
	(375)	(3.305)
	18.004	6.084

- (a) Conforme descrito na nota explicativa nº 14 no exercício de 2017 a Companhia revisou o seu critério de provisão de ressarcimento dos contratos de CCEAR e com isso, estornou a multa constituída e atualizou os valores a restituir relacionados aos referidos contratos.